

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT) – Comunicação de**

Líder: Ver. Adeli, que preside a sessão, meu companheiro, falo aqui neste espaço do Partido dos Trabalhadores, mas, com certeza, vejo aqui o Ver. Robaina, provavelmente, falo também em nome não só do PSOL, mas dos vários vereadores e da grande massa da sociedade que concordam com a decisão judicial que foi proferida agora, há pouco, em relação a um ato aqui da Presidenta Mônica Leal. Uma decisão judicial que obriga a presidência da Câmara a

repor a exposição das *charges* que estavam exibidas aqui na entrada do plenário e que faziam uma crítica política à subserviência do governo Bolsonaro ao governo dos Estados Unidos. A Presidenta Mônica entendeu que havia uma ofensividade em relação ao Presidente da República e, justamente, as *charges* que ela entendeu que eram ofensivas foram as *charges* que foram divulgadas por quase todos os veículos de comunicação não só aqui do Brasil como do exterior. Isso mostra que o subjetivismo da nossa Presidenta Mônica Leal, nesse caso, virou censura; por virar censura, a justiça, e vejam que eu faço aqui a crítica, não acho que as questões políticas precisam ser sempre judicializadas, mas, nesse caso, foi pedido reconsideração, não só verbalmente, como fiz, mas também por escrito pelos próprios autores da exposição, e ela decidiu manter a decisão. E, portanto, não restou alternativa, senão o ingresso com o mandado de segurança, em que eu sou um dos autores, mas também os chargistas, e também outras duas entidades são autoras desse mandado de segurança.

Então, eu espero que a Presidenta Mônica Leal escute este meu pedido, não consegui encontrá-la agora, no início da tarde, mas que ela não recorra dessa decisão. Aliás, no mandado de segurança, ela é meramente autora do ato que está sendo contestado. Ela simplesmente pode prestar informações, ela não precisa se colocar numa situação em que quer reverter a decisão judicial. Digo isso como uma forma de ela entender, de ela colocar no pensamento dela que era ofensivo, e ela, pelo que li, agora, há pouco na imprensa, ela continua com a mesma posição, mesmo com a decisão judicial, e a decisão judicial, Ver. Prof. Alex, não é para mudar opinião; nesse caso, é para restabelecer aqui a liberdade que um artista tem em expor a sua opinião política e que não é ofensiva. Farei meu pedido tão logo encontre a Presidente Mônica. Ela poderá procurar um parecer da Procuradoria da Casa, como prudentemente costuma fazer, mas que a sua posição não

faça com que ela recorra dessa decisão. Não digo isso pelo receio de que possa ser revertido, mas porque seria uma forma de ela dizer que é o entendimento dela, de achar algumas *charges* ofensivas, mas que concorda que há uma outra opinião, seja a decisão judicial, seja a dos inúmeros meios de comunicação que divulgaram justamente as *charges* que ela entende ofensivas, numa maior demonstração de que não são ofensivas, porque, senão, os editoriais dos jornais Folha de São Paulo, Zero Hora não teriam colocado, porque são corresponsáveis por aquilo que publicam. Não publicariam coisas que fossem consideradas ofensivas à dignidade do mandatário da República. Fica aqui uma lembrança para a nossa Presidente Mônica para que não recorra. Acho que seria um avanço, mesmo ela não mudando o seu entendimento pessoal, e a Casa entendendo que houve um excesso, houve uma censura sobre a qual a decisão judicial ordenou, dentro dos limites e daquilo que a nossa Constituição federal entende como liberdade de expressão e que não pode ser censurada. Obrigado.

(Texto sem revisão final.)